



## Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381 <https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.154-169>

### **Acessibilidade e inclusão de surdos na Educação Profissional nos Institutos Federais**

**Elisabete Marques Cardozo de Sousa**, Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Campus de Parnaíba. E-mail: [elisabete.cardozo72@gmail.com](mailto:elisabete.cardozo72@gmail.com)  
**Elenice Monte Alvarenga**, Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) campus Cocal. E-mail: [elenice\\_ma@hotmail.com](mailto:elenice_ma@hotmail.com)

**Resumo:** A educação inclusiva ainda é um dos grandes desafios na atualidade, pois envolve não só os estudantes com necessidades educacionais especiais, mas também a escola, a família e a sociedade como um todo. A partir disso, buscou-se analisar o processo de acessibilidade e de inclusão de surdos na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais como um estudo de revisão de literatura. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo descritiva, cuja busca e seleção das obras ocorreu durante o mês de julho de 2021, utilizando-se os descritores “inclusão de surdos”, “educação profissional”, “surdez”, “institutos federais” e “educação especial”. A seleção foi realizada nas bases de dados do SciELO e Google Acadêmico. Foram adotados como critérios de inclusão os trabalhos publicados nos últimos 5 anos, em Língua Portuguesa e relacionados ao tema. Como critérios de exclusão considerou-se obras de anos anteriores e que não abordassem o tema. A partir da análise dos trabalhos obtidos na busca, concluiu-se que as produções científicas demonstram o compromisso não apenas educacional, mas social, cultural, linguístico e político que a Libras, língua natural dos surdos, ocupa no seu modo de vida e nas condições de inserção do surdo, enquanto cidadãos no mundo do trabalho, especialmente em instituições relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Inclusão de surdos, Educação Especial.

#### **Deaf people accessibility and inclusion in professional education at federal institutes: a literature review**

**Abstract:** Inclusive education is still one of the significant challenges today, as it involves not only students with special educational needs but also the school, family, and society as a whole. From this, it was listed as a general objective to analyze the accessibility and inclusion of deaf people in Technological Education in the Brazilian Federal Institutes. To this end, the scope of this study sought to answer the following question: how do researchers in the field of Deaf Studies and Special Education look and describe who the deaf student is, and how does their process of access, inclusion, and permanence in Vocational Education occur. Descriptive bibliographic research was carried out, whose works were searched and selected during July 2021, using the descriptors Deaf Inclusion, Vocational Education, Deafness, Federal Institutes, and Special Education. The selection was made in the SciELO and Google Academic. Inclusion criteria were: works published in the last five years, in Portuguese and related to the theme. And as exclusion criteria: results from previous years that did not address the topic. It is concluded that scientific productions demonstrate the commitment not only educational but social, cultural, linguistic, and political that Libras, the natural language of the deaf, occupies in their way of life and the conditions of insertion of the deaf as citizens in the world of work.

**Keywords:** Professional Education. Inclusion of the deaf. Special education.

## Introdução

A educação especial é uma política pública realizada em todos os níveis e modalidades de ensino que teve uma trajetória de luta por cidadania e superação desde a invisibilidade que caracterizou o caminhar das pessoas com necessidades especiais. Dá-se ênfase ao processo educativo do surdo, que teve início no século XV, visto que eles eram considerados incapazes de aprender, e somente em meados do século XVI foi proposto um conjunto de princípios que lhes asseguravam ajuda educacional e social, afirmando-os como seres capazes de compreender símbolos gráficos ou combinações de símbolos. Na idade moderna, com o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, aprenderam a soletrar as palavras a partir do alfabeto manual (PIRES, 2013).

De acordo com Saviani (1998), as instituições de ensino médio, com maior potencial no que se refere a uma educação que tem suas raízes voltadas para a formação alicerçada na ciência e no trabalho produtivo são os Institutos Federais, os quais a partir de um modelo renovado e unificado, pode ser generalizado por todo o país.

Os Institutos Federais consistem em espacialidades de especial relevância, estruturas alternativas e caminhos que intencionam o desenvolvimento econômico em seus níveis local e regional. Eles têm como uma de suas missões fomentar o processo ensino-aprendizagem voltado para a formação cidadã, crítica e profissional alinhando a formação integrada e os anseios profissionais.

Assim, é necessário analisar o papel dos Institutos Federais, pois:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana deve ser um dos objetivos fundantes dos Institutos. Sua orientação pedagógica recusará o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico e na formação profissional mais abrangente e flexível voltada para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios, em um profissionalizar-se mais amplo que abre infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas. (PACHECO, 2019, p. 2)

Portanto faz-se necessário analisar a educação especial também em articulação com a educação profissional e tecnológica, especialmente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que fazem parte da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia (REFEPCT). Os Institutos Federais passaram por ampliação com a aprovação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que em seu artigo 2º define-os como instituições de educação superior, básica, profissional e multicampi que têm por objetivo dialogar de forma crítica e construtiva com a sociedade, no sentido da assimilação e construção da cultura, de conhecimentos e de novas tecnologias, bem como no sentido da relação entre a escola e o mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

A educação especial, como modalidade de ensino cujo público-alvo são pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, está prevista na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que visa estabelecer diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Essa modalidade de ensino teve seus primeiros vestígios de legislações específicas no Brasil, encontradas na história segundo Sigolo, Guerreiro e Cruz (2010, p. 174), durante o império com o Decreto Imperial nº 1428 de 12 de setembro de 1854, que criou a Fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant-IBC). Três anos depois foi criada a Fundação do Imperial Instituto dos Sudos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), através da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857.

Assim como em outros países, o movimento pela inclusão cresceu e consolidou-se até o final do século XX apenas a partir das declarações internacionais sobre educação elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como as normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência e a Declaração de Salamanca (1994), considerada um dos principais documentos mundiais que promoveu uma política de apoio à Educação Inclusiva como direito à educação.

No Brasil, bem como no restante do mundo, a educação especial, costumeiramente foi constituída por princípios assistencialistas e clínicos, com características segregadoras, conforme enfatiza Kassir (2011, p. 62):

No Brasil, o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiência foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentava diferenças ou características explícitas que a caracterizasse como um campo “anormal”.

Na perspectiva de educação inclusiva em escolas especializadas, a segregação acontecia desde o abandono ao isolamento até a separação em classes especiais, como forma de atender aos que não tinham acesso à educação, em virtude de suas condições pessoais e que, ao mesmo tempo, cumpria função de isolar tais indivíduos do convívio social, de modo que a maioria ali permanecia sem aprender o necessário para conseguir acompanhar as classes de ensino regular (CAMPOS, 2019).

Nesse contexto, a inclusão de surdos na sala de aula em cenário atual pode ser contemplada por meio do ensino regular e com o acompanhamento do intérprete ou em escolas bilíngues. Ambas apresentam vantagens e desafios, porém, para que o estudante alcance sucesso no processo ensino-aprendizagem, é necessário respeitar e proporcionar estratégias metodológicas a partir da sua diversidade linguística e cultural e oportunizar meios para o acesso e sua permanência na escola, valorizando suas capacidades, seja pela visualização ou pelo uso da língua oral ou sinalizada. Meios estes, que tenham sempre um planejamento direcionado às suas potencialidades individuais e sejam adaptados à língua de sinais, fazendo uso de imagens, do intérprete em sala de aula e do apoio dos núcleos de acessibilidade.

Assim, tornam-se relevantes estudos que explicitem o conhecimento sobre o processo educativo de estudantes surdos. Dessa forma, é válido destacar propostas que investiguem o desenvolvimento de ações relativas à educação especial e inclusão, especialmente de surdos, em articulação com a educação profissional e tecnológica, pois permite também a análise sobre como vem se dando o processo de inclusão desses estudantes em uma perspectiva de educação integral e omnilateral. Resultados obtidos nesses estudos são importantes pois podem, inclusive, subsidiar trabalhos de construção e adaptação de políticas públicas voltadas à educação de surdos, que garanta o acesso, a permanência e o acompanhamento destes de maneira inclusiva.

Assim, o presente estudo teve por objetivo analisar a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos na educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais brasileiros, em um estudo de revisão de literatura.

## **Metodologia**

A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica do tipo descritiva, qualitativa, com buscas e leitura de artigos e dissertações que condensam pesquisas em Educação Especial e

Inclusiva, Educação de Surdos e Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com Gil (2002, p. 44) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim a pesquisa bibliográfica tem contribuído com os estudos acadêmicos uma vez que possibilita a sistematização de dados de forma mais abrangente.

Para tanto, procedeu-se ao levantamento bibliográfico por meio da internet, utilizando-se as bases de dados da biblioteca virtual SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico. A busca e seleção das obras ocorreu em julho de 2021, atendendo aos seguintes critérios de inclusão: textos publicados na íntegra, disponíveis online, com período de publicação entre os anos de 2016 a 2020, e que contemplassem os seguintes descritores de modo individual e combinado: inclusão, surdez, surdos, bilinguismo, educação profissional e tecnológica, Institutos Federais, deficiência, educação de surdos, educação especial e NAPNE (Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas).

Ao aplicar tais filtros, utilizando-se as combinações de descritores com aspas e o operador booleano *AND* nas referidas bases de dados, foram identificados os trabalhos acadêmicos que serviram de ponto de partida para a definição do *corpus* desta pesquisa. Adotaram-se como critérios de exclusão artigos, teses e dissertações que não se relacionassem ao tema “acessibilidade e inclusão de surdos nos IFs”, cujos resumos não estivessem disponíveis, cujo idioma não fosse o Português, bem como não se encontrassem no recorte temporal definido. Além disso, os estudos encontrados em mais de uma base de dados, foram considerados uma única vez.

Após a seleção dos trabalhos, passou-se à leitura dos títulos, resumos e resultados descritos nos trabalhos, de modo que se obteve um levantamento final de 11 publicações, sendo 4 dissertações e 7 artigos: Cunha (2020), Degrande (2020), Freitas (2020), Tillmann e Almeida (2020), Campos (2019), Freitas (2019), Medeiros e Passos (2019), Moreira; Lima (2018), Silva et al. (2018), Moura; Leite; Martins (2017) e Cardoso (2016), que serão analisados na sequência.

## Resultados e Discussões

Previamente à seleção dos trabalhos, no levantamento inicial realizado nas bases de dados foram originalmente identificadas 165 publicações, conforme apresenta a Tabela 1:

**Tabela 1 – Quantitativo de publicações obtidas nas buscas em bases de dados por ano de publicação.**

Ano de publicação	SciELO	Google Acadêmico
2016	20	07
2017	31	06
2018	32	04
2019	18	08
2020	17	22
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>47</b>

Fonte: autoria própria (2021).

Os resultados qualitativos deste artigo de revisão bibliográfica, a seguir descritos, baseiam-se na leitura destes trabalhos (Tabela 1), a partir dos quais foram selecionadas as publicações de interesse para discussão na pesquisa (Quadro 1), pois apresentavam informações acerca da educação inclusiva de surdos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

**Quadro 1 – Informações sobre publicações selecionadas para compor o *corpus* da pesquisa bibliográfica.**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Tipo de publicação</b>
2016	Inclusão de alunos com deficiência na educação Profissional e Tecnológica	Cardoso, M. H. M.	Dissertação
2017	Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio	Moura, A. F.; Leite, L. P.; Martins, S. E. S. O.	Artigo
2018	Núcleo de apoio a pessoas com deficiência na educação inclusiva e seus desafios	Moreira, H. B. C.; Lima, A. S.	Artigo
	Concepções dos profissionais da escola sobre o surdo e a surdez	Silva C. M. et al.	Artigo
2019	As concepções sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência em uma Instituição Federal de Tecnológico do Vale do Paraíba	Campos, S. R.	Dissertação
	A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora o que fazer?	Freitas, C. R.	Dissertação
	Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nos Institutos Federais Brasileiros: Revisão bibliográfica	Medeiros, T. C. S.; Passos, D. O. R.	Artigo
2020	O programa TEC NEP e sua implementação na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios	Cunha, A. L. B.	Dissertação
	Inclusão educacional de surdos e ações colaborativas. Inclusão educacional de surdos e ações colaborativas	Degrande, D. H. S.	Artigo
	A educação das pessoas com deficiência no Brasil e na rede federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar	Freitas, C. R.; Silva, C. C.	Artigo
	A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. Metodologias e Aprendizado	Tillmann, L.; Almeida, J. M. S.	Artigo

Fonte: autoria própria (2021).

No Brasil, a inclusão escolar passa pela maior transformação oficial somente a partir da Constituição Federal de 1988, quando os direitos à educação de pessoas com deficiência se consolidam nacionalmente (BRASIL, 1988). A Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, por sua vez, dispõe em seu artigo 2º que

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros decorrentes da Constituição Federal e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Ainda em 2002, há que se destacar o reconhecimento da Libras, fortalecendo, assim, a comunidade surda. A partir de 2005, pelo Decreto nº 5.626/2005, fica estabelecido como deve ocorrer a educação de surdos e qual seria a formação ideal para os sujeitos que passem a trabalhar com este público (BRASIL, 2005). Tendo em vista essa apresentação, em âmbito mais geral, sobre como vêm evoluindo as políticas de acessibilidade e inclusão de surdos, é válido destacar como isso está sendo discutido e implantado em instituições de educação profissional e tecnológica.

Quanto a isso, Ciavatta (2006, p. 3), dando destaque à educação como um direito para todos, defende a ideia de que a educação do povo na sociedade brasileira foi “sempre escamoteada, por um meio ou outro na sua universalização”, pois, para ela, o dualismo alimentado de diversas formas, inclusive na separação entre a educação propedêutica e a formação profissional, impõe limites entre “a integração do conhecimento que embasa a técnica e as tecnologias, entre o geral e o específico, entre a natureza e a cultura”.

Com base na Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, Cardoso (2016), considera ainda que as instituições de educação profissional e tecnológica devam ofertar serviço de apoio especializado às pessoas com deficiência, adaptando os recursos instrucionais, a partir de capacitação de recursos humanos e da adaptação dos espaços físicos, ambientais e recursos de comunicação. Nesse sentido, a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência deve reconhecer que o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com deficiência decorrem também do atendimento às suas demandas peculiares e da oferta de atendimento educacional especializado em escolas regulares.

Ainda sobre as políticas inclusivas, Cunha (2020) aponta que são muitas as barreiras de atitude, de educação, de infraestrutura e comunicativas a respeito da inclusão educacional nos Institutos Federais, e que o NAPNE se tornou um divisor de águas, como um órgão que proporcionou um espaço à ampliação de atividades que associam e preconizam a valorização da diversidade social. Cunha (2020) buscou ainda refletir sobre o papel do NAPNE numa perspectiva inclusiva envolvendo toda a comunidade acadêmica, de forma crítica e diversificada derrubando os estereótipos e as barreiras físicas, humanas e sociais.

Além disso, Degrande (2020), menciona que o sucesso da educação inclusiva necessita de um trabalho colaborativo de todos na escola, de relação recíproca com a família e principalmente da colaboração entre professores e intérpretes. De acordo com Glat e Pletsch (2011, p. 22), para desenvolver uma formação contínua com esses profissionais é preciso projetos pedagógicos, como Planos Educacionais Individualizados (PEI) para nortear e organizar as adaptações curriculares que contemplem as demandas de cada aluno a partir de objetivos estabelecidos para a turma, de forma a oferecer parâmetros mais claros a serem atingidos, de modo a, dessa forma, incorporar informações sobre os discentes que possam auxiliar as práticas docentes.

Um problema visualizado por Moura, Leite e Martins (2017), é a falta de preparo e orientação da escola básica para garantir os conhecimentos científicos necessários, aliada à ausência do profissional tradutor ou intérprete de Libras-Português. No contexto universitário essa ausência do suporte profissional para o acompanhamento da educação básica deflagra-se como um dos maiores obstáculos para o ingresso de pessoas surdas na universidade, e se tornam barreiras reconhecidas por esses alunos para acessarem o Ensino Superior e continuarem seus estudos. Segundo Skliar (2013), a escola ainda é organizada pelos e para os ouvintes e pela representação que se tem do sujeito surdo, desconsiderando-se a sua língua e cultura, resultando na baixa proporção de surdos no Ensino Superior, apesar do desejo de ingressarem na Universidade e de continuarem seus estudos.

Silva et al (2018), em função das concepções dos profissionais sobre o surdo e a surdez, ainda apontam que há uma lacuna na formação profissional dos educadores no que tange às especificidades dos estudantes surdos. Para eles, a defasagem dos alunos está estritamente ligada à surdez, focalizando o não ouvir. Contudo, sabe-se que a surdez, por si, não se constitui como impedimento para o aprendizado de outra língua. Conforme destaca Lodi (2005) e Lacerda (2006), a peculiaridade linguística é a chave explicativa para a compreensão do papel da língua de sinais e da comunidade surda no desenvolvimento e na constituição do surdo.

Tillmann e Almeida (2020) asseveram que é assegurado legalmente como direito efetivo, por meio da reserva de vagas, o ingresso de estudantes com deficiência em cursos técnicos integrados ao ensino médio ou em cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais. Conforme a lei assegura o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantia das condições de acesso, de permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras, promove-se

a inclusão plena (BRASIL, 2015). Sendo assim, faz-se necessário que os Institutos Federais disponibilizem o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes público-alvo da Educação Especial, permitindo o acesso, a inclusão e a permanência destes.

Campos (2019) constatou que o processo de inclusão pode ser aprimorado por meio da adoção de medidas educacionais de aproximação e da participação efetiva das famílias, abordando a questão da inclusão e da deficiência com relação à pessoa com deficiência e seus familiares. Silveira e Neves (2006) também afirmam que, para os pais, a inclusão escolar e social dos filhos é determinada por concepções baseadas em visões medicalizadas e biológicas que dificultam o desenvolvimento de práticas que priorizem o aprendizado e o desenvolvimento. Demonstra-se, assim, a importância da interação social na escola e com a família, bem como a relevância da valorização das práticas educativas no processo de ensino inclusivo.

Complementarmente, Freitas (2019) debate que o desenvolvimento inclusivo para o aluno surdo vai desde a capacitação dos profissionais que atuam com os referidos estudantes, passando pelas contribuições da comunidade escolar até a sistematização de um planejamento integrado que viabilize não somente a entrada desse aluno na instituição, mas a sua permanência e êxito. Nesse sentido, mostra-se importante perceber o contexto de inclusão escolar, a história, sua língua e cultura surda, as práticas pedagógicas e sugestões de propostas sobre o processo de inclusão escolar desse aluno surdo. Quadros e Schmiedt (2006, p.13) destacam que “as línguas expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social”.

Por outro lado, Medeiros e Passos (2019) também se debruçam sobre alguns desafios das políticas de educação especial, como a falta de recurso humano qualificado, barreiras atitudinais, com o avanço das políticas de inclusão na educação profissional, especialmente com a implantação dos NAPNEs. Para Cunha (2015, p. 20), esses núcleos têm como principal objetivo “criar a cultura da educação para convivência, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação”, garantindo o acesso e a permanência desses estudantes nos Institutos Federais.

Medeiros e Passos (2019) destacam ainda que os avanços alcançados com a implantação dos NAPNEs foram importantes, porém muitas dificuldades ainda deverão ser superadas para o desenvolvimento de novas ações, dentre elas a expansão do número de

matrículas de pessoas com deficiência e que tenham dificuldades ainda de acesso e permanência na escola.

Por fim, Freitas e Silva (2020), trazem argumentos sobre o aluno surdo em uma perspectiva histórica relacionada às pessoas com deficiência, no contexto das possibilidades de construção da educação inclusiva na Rede Federal. Nesse sentido, os autores têm adentrado no campo do atendimento ao surdo quanto a tornar realidade sua educação inclusiva nos Institutos Federais, o que só será possível por meio de mudanças pedagógicas internas nas instituições de ensino. Segundo Glat et al (2011, p.9), mais do que garantir o acesso das pessoas com deficiência às escolas ou demais espaços sociais, é necessário também viabilizar a sua permanência e aprendizagem por meio da construção de propostas pedagógicas, que possam responder às necessidades específicas dos alunos e educá-los na e para a diversidade.

### **Considerações finais**

O tema sobre educação especial e inclusiva no Brasil sempre se mostrou desafiador, pois traz implicações que não apresentam abordagem simples. A inclusão de surdos, em especial, vem suscitando sensibilidade e empenho por parte da família, da escola, da sociedade e todos os demais atores envolvidos, no sentido de materializar a inclusão.

As mudanças deflagradas pela legislação brasileira nas escolas, inclusive nos Institutos Federais, vêm buscando adequar tais espaços às necessidades educativas das pessoas com deficiência, demonstrando um contexto educacional que necessita reorganizar-se quanto ao respeito às singularidades de cada estudante.

Por meio deste estudo foi possível compreender o significado e a importância da inclusão dos surdos na Educação Profissional, bem como os meios ao seu acesso e permanência nos Institutos Federais. Apesar de progressos concernentes à perspectiva bilíngue para surdos e a divulgação da Libras para os professores, ainda existem diversas barreiras nos Institutos Federais que necessitam ser eliminadas e, para tal, o meio é o domínio e o uso da Língua de Sinais pelos ouvintes e da Língua Portuguesa escrita pelos surdos, minimizando, assim, dificuldades de interação, relacionamento e comunicação entre surdos e ouvintes. Esse trabalho traz contribuições sobre a relevância da implementação e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e uma maior

conscientização na comunidade escolar por meio de formações adequadas ao contexto educacional.

Diante das reflexões apresentadas sobre o processo histórico e legal da educação especial e inclusiva, com enfoque especial na inclusão de surdos na educação profissional e tecnológica, nota-se que, assim como as demais pessoas com deficiência, a comunidade surda teve seus direitos impedidos por muito tempo. Atualmente, contudo, uma nova abordagem na perspectiva da educação inclusiva vem provocando mudanças no sistema educacional brasileiro.

A inclusão não é tarefa fácil, não há receitas prontas e não é consolidada somente por leis, decretos ou convenções. É preciso se construir a inclusão em espaços escolares que englobem os ideais de uma escola humana, livre, justa, fraterna em que os muros do fracasso escolar possam ser gradativamente substituídos por espaços de socialização, conscientização e, assim, de inclusão.

A trajetória dos surdos como vimos foi marcada por desigualdade social, linguística, pelo assistencialismo e desvalorização humana, deixando-se, assim, lacunas no processo de ensino-aprendizagem que necessitam ser supridas pelo trabalho colaborativo entre professores, intérpretes, escola, comunidade e poder público, a partir de planejamentos organizacionais, potencializando o processo de inclusão dos surdos com recursos pedagógicos, escolas bilíngues e atendimento multidisciplinar, para que eles estejam em igualdade de condições junto aos demais estudantes em qualquer espaço escolar. A presença do intérprete de Libras representa nesse processo de inclusão também um meio legal que objetiva contribuir para manter os surdos nas escolas regulares, minimizando, assim, barreiras de comunicação que permeiam a vida escolar dos surdos.

Portanto, para que a inclusão aconteça é necessário, não apenas o acesso e a inserção de surdos nas escolas e nos Institutos Federais, mas é essencial também a observação de aspectos como a parceria da família e de todos que constituem a escola de forma colaborativa, com o intuito de uma escola inclusiva e equitativa, na qual a língua e a cultura sejam elementos de inclusão importantes nesse processo, como a consideração da identidade própria de um grupo que precisa ser respeitada e valorizada.

Finalmente, essa investigação evidenciou a preocupação quanto à questão da inclusão de surdos nos Institutos Federais com ênfase na Educação Profissional, o que demonstra a relevância do objeto de pesquisa deste artigo.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 de jul. de 2021.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 23 de jul. de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 23 de jul. de 2021.

BRASIL. A Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm). 24 de jul. de 2021.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

BRASIL. Legislação Informatizada - Decreto nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 de jul. de 2021.

BRASIL. Lei n. 839, de 26 de setembro de 1857. Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93613impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93613impressao.htm). Acesso em: 24 de jul. de 2021.

BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 10 de jul. de 2021.

CAMPOS, Sebastião Raimundo. As concepções sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência em uma Instituição Federal de Tecnológico do Vale do Paraíba. Dissertação de Mestrado. Universidade de Taubaté: São Paulo, 2019.

CARDOSO, Maria Heloisa de Melo. Inclusão de alunos com deficiência na educação Profissional e Tecnológica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4804/1/MARIA\\_HELOISA\\_MELO\\_CARDOSO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4804/1/MARIA_HELOISA_MELO_CARDOSO.pdf). Acesso em 23 de jul. de 2021.

CIAVATTA, Maria. O papel dos profissionais da educação enquanto formadores de cidadãos emancipados. Revista Trabalho Necessário, ano 4, n. 4, p. 1-11, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4588/4224>. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

CUNHA, Ana Lúcia Braga. O programa TEC NEP e sua implementação na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: [https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/761/ANA%20L%20C3%8DDIA\\_disserta%20C3%A7%20C3%A3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/761/ANA%20L%20C3%8DDIA_disserta%20C3%A7%20C3%A3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 de jul. de 2021.

CUNHA, Taiza Lima da. O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacional do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades especiais do instituto Federal de Alagoas Campus Piranhas. 76f. Dissertação de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

DEGRANDE, Deize Heloiza Silva. Inclusão educacional de surdos e ações colaborativas. Inclusão educacional de surdos e ações colaborativas. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.7, n.2, p. 49-62, Jul.-Dez., 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/65542>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

FREITAS, Cristiane Rodrigues de. A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora o que fazer? Dissertação de Mestrado, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/308>. Acesso em: 22 de jul. de 2021.

FREITAS, Cristiane Rodrigues de. SILVA, Cirlande Cabral da. A educação das pessoas com deficiência no Brasil e na rede federal de ensino com enfoque no aluno surdo: uma abordagem sobre os aspectos legais e históricos do processo de inclusão escolar. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. V. 1, mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.  
GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação Especial No Brasil: Desigualdades e Desafios no Reconhecimento da Diversidade. Educação e Sociedade. Revista de Ciência da Educação: Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpqjdyFHDP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

MEDEIROS, Tatiane Cimara dos Santos. PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nos Institutos Federais Brasileiros: Revisão bibliográfica. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.6, n. 1, p. 183-196, jan.-jun., 2019.

MOREIRA, Heloisa Beatriz Cordeiro; LIMA, Aline Santos. Núcleo de apoio a pessoas com deficiência na educação inclusiva e seus desafios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3., 2018, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: CINTEDI, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44807>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

MOURA, Adelson Fidelis de. LEITE, Lúcia Pereira. MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.4, p.531-546, Out. Dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/DQCKxXrJj4gSFsp8Zn4wTVb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2021.

PIRES, Thereza Sophia Jácome. Aquisição de escrita por surdos: um olhar sobre a adaptação curricular. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. Schmiedt, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SAVIANI, Demerval. Equidade e qualidade em educação: equidade ou igualdade? PUC viva, n. 2, p.17-19, 1998.

SIGOLO, Ana Regina Lucato; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; CRUZ, Rosângela Aparecida Silva da. Políticas Educacionais para a Educação Especial no Brasil: uma Breve Contextualização Histórica. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.5, n. 2, p.173-194, jul-dez. 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/982/1393>. Acesso em 10 de jul. de 2021.

SILVA, Carine Mendes da. et al. Concepções dos profissionais da escola sobre o surdo e a surdez. Psicologia: Ciência e Profissão Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 465-479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WpsRynyXQXDMCh3gGKZGVwS/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em 15 de nov. 2021.

SILVEIRA, Flávia. Furtado.; NEVES, Marisa Maria Brito Justa. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22 n.1, pp. 79-88, jan./abr. 2006.

SKLIAR, Carlos. (Org.) *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e Linguística* (Vol.1, 4ª ed., pp. 7-14). Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

TILLMANN, Luana; ALMEIDA, Judith Mara de Souza. A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. *Metodologias e Aprendizado*. Volume 1, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1123/949>. Acesso em 20 de jul. de 2021.